

FALE COM A GENTE!

Editor: Marcelo Santos
E-mail: economia@tribuna.com.br
Telefone: 2102-7274

Governo quer congelar salários de servidores
O governo negocia com senadores aumentar o auxílio financeiro a Estados e municípios para o combate à pandemia da covid-19, em troca do congelamento do salário dos servidores públicos estaduais e municipais por dois anos.

ECONOMIA

Coronavírus: até 3,3 milhões perderão o emprego no País

Com crise, FMI e instituição nacional preveem, nos piores cenários, taxa de desemprego superior a 14%

RAFAEL MOTTA

DA REDAÇÃO

Projeções de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, apontam que a crise decorrente da pandemia de coronavírus poderá aumentar o número de desempregados em mais de 3 milhões, no País, até o final do ano.

A taxa de desocupação, no Brasil, era de 11,6% no trimestre encerrado em fevereiro, equivalente a 12,3 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mais recente *Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF)* da IFI, publicado no dia 13, apresenta três previsões para o desemprego: no cenário base, a taxa crescerá um ponto percentual em relação ao dado mais recente, para 13,5%.

Calculando-se uma proporção com base na PNAD Contínua, cada ponto equivale a 1,06 milhão de pessoas. Assim, seriam 14,3 milhões sem trabalho – alta de 2 milhões.

Os outros cenários do *RAF* são classificados como otimista (taxa de 12,9% ou 13,7 milhões sem emprego) e pessimista (14,1% ou 15 milhões sem ocupação).

“O impacto sobre o ambiente econômico, ainda que de difícil mensuração, está condicionado à duração das medidas de isolamento e à maneira como a pandemia afetará as atividades produtivas no País e no resto do mundo”, cita o



CARLOS NOGUEIRA - 29/1/20

Economista analisa que setores menos sujeitos a restrições decorrentes da pandemia, como o portuário...



CARLOS NOGUEIRA - 21/2/20

... e o da construção, devem ter “o máximo possível de atividade”, para compensar efeitos do isolamento

relatório (veja matéria).

O levantamento do FMI, intitulado *World Economic Outlook* (Perspectiva Eco-

nômica Mundial), expõe perspectivas piores. Antevê o Brasil com o 14º maior nível de desemprego – e o

mais alto da América Latina – entre 100 países com dados suficientes para a realização de cálculos: taxa de

14,7%, que resultaria em 15,6 milhões de desocupados. Seriam 3,3 milhões de pessoas a mais sem trabalho do que o estimado hoje.

CERTEZAS VS. CAOS

O economista e professor universitário Jorge Manuel de Souza Ferreira avalia que “tanto o desemprego quanto o déficit público são uma certeza”. Por isso, “o ideal é que as empresas e o Governo mantenham os salários, como forma de evitar o caos total” (veja destaque com ações oficiais propostas e em andamento).

Com a prorrogação do isolamento em São Paulo e a necessidade de distanciamento social para a contenção da pandemia, Ferreira entende que setores econômicos menos sujeitos a restrições deveriam buscar “o máximo possível de atividade”. Entre eles, o Porto e a construção civil.

“A ajuda financeira de R\$ 600 (a trabalhadores informais) ameniza o impacto do mercado, mas é insuficiente para manter um fluxo financeiro para sustentar a economia”, pondera.

Em nível nacional, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Infraestrutura prepara uma lista de obras prioritárias a serem custeadas com verba federal.

A pasta dispõe de R\$ 6 bilhões para este ano, mas o ministro Tarcísio Gomes de Freitas espera obter, no Ministério da Economia, mais R\$ 30 bilhões para a contratação de empreiteiras e a realização de obras – como reforma de terminais portuários, aeroportos e pavimentação de rodovias.

EMERGÊNCIA

O Governo Federal tem preparado medidas, em conjunto com o Congresso – e, também, em meio a embates políticos entre poderes –, para amenizar os efeitos econômicos e sociais devidos à covid-19.

>>Uma delas é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento de Guerra, uma espécie de orçamento paralelo exclusivo para despesas emergenciais com o coronavírus até o final do ano e não sujeito a limite de gastos. Já passou por Câmara e Senado, mas retornará aos deputados antes de sua promulgação, pelo Congresso, por ter sido modificado por senadores.

>>Mais polêmico é o projeto de lei para socorro financeiro a ser custeado pela União. O documento aprovado pela Câmara prevê que o Governo envie dinheiro para compensar, por seis meses, perdas de arrecadação com ICMS e ISS em estados e municípios.

>>O Ministério da Economia calcula que a ajuda custaria R\$ 93 bilhões e sugere transferir R\$ 40 bilhões, por três meses, de forma proporcional à população de cada Estado. O Senado tende a se alinhar ao Governo, sob críticas da Câmara.

>>Também está em andamento o auxílio emergencial de R\$ 600,00, por três meses, para trabalhadores informais ou de R\$ 1,2 mil para mães chefes de família. A Câmara aprovou ampliar o benefício a outras categorias e até o fim do estado de calamidade pública, em dezembro. Por isso, o texto voltou ao Senado.

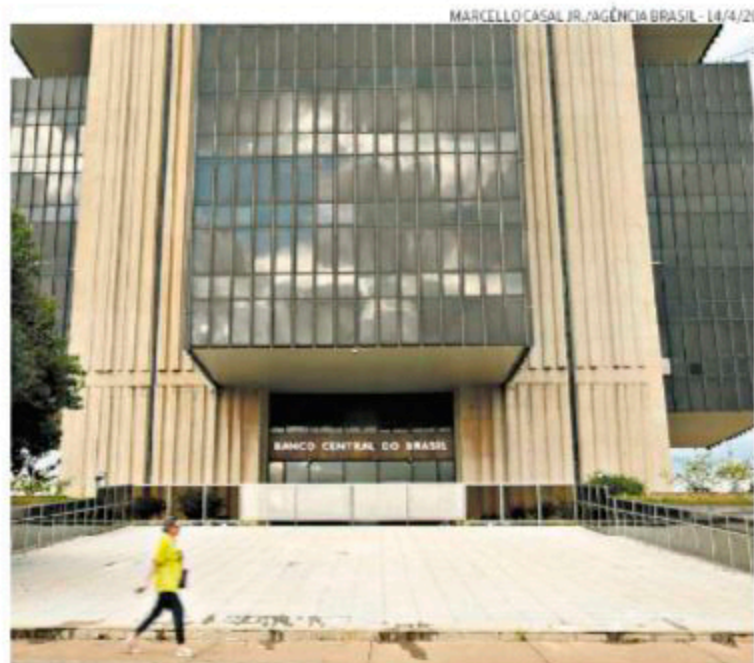
>>Outra ação governamental é a Medida Provisória (MP) 936, que criou um programa emergencial para manutenção de empregos. Na sexta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que esses acertos não precisam ser submetidos ao crivo de sindicatos.

Queda recorde do PIB é outra previsão

■ A Instituição Fiscal Independente trabalha com projeções que consideram diferentes tempos de isolamento social e redução da atividade econômica. Para cada mês de distanciamento, a variação real do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos) poderia cair um ponto percentual – considerando que a atividade econômica caísse à metade.

No cenário classificado como pessimista pela IFI, com isolamento estendido até o final de agosto e diminuição de 65% na atividade produtiva, o PIB deste ano diminuiria 5,2% – o pior resultado desde 1900. Conforme números do IBGE, a maior queda foi de 4,35%, em 1990, no ano do Plano Collor I, de confisco das cadernetas de poupança.

O cenário mais grave é semelhante ao previsto para o Brasil pelo FMI, no levantamento global que apresentou na última sema-



MARCELLO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL - 14/4/20

Banco Central pode vender reservas internacionais, mas com cautela

na: queda de 5,3% no PIB – o 59º pior resultado entre 192 países nos quais foi possível obter dados; apenas 38 teriam crescimento.

No cenário base da IFI, haveria queda de 2,2% no PIB, calculando que o distanciamento se estendesse

até o fim de junho e a atividade econômica baixasse 60%. No otimista, com isolamento até o fim deste mês e queda de 45% na produção, o PIB subiria 0,5%.

DEFICIT

Na semana passada, o secre-

EM 120 ANOS

No cenário pessimista da IFI, com isolamento estendido até o final de agosto e diminuição de 65% na atividade produtiva, o PIB deste ano diminuiria 5,2% – o pior resultado desde 1900. Conforme o IBGE, a maior queda foi de 4,35%, em 1990, no ano do Plano Collor I, de confisco das cadernetas de poupança.

tário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que o ajuste fiscal (o equilíbrio de receitas e despesas do Governo) é uma meta que ficou para o próximo ano. Agora, a prioridade é investir no combate aos efeitos do novo coronavírus.

Em entrevista para *A Tribuna*, o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, concordou em que é preciso gastar em saúde, bancando-se, por exemplo, UTIs, médicos e testes para detecção da doença.

Para isso, será preciso ele-

var a dívida pública – débitos contraídos pelo Governo para custear seu déficit orçamentário, que ocorre quando se gasta mais do que se arrecada.

Salto lembra que, pelo recente relatório da IFI, o Governo fechará o ano com déficit de R\$ 514,6 bilhões, e isso elevará a dívida pública total de 75,8% para 84,9% do PIB. Esse percentual deverá subir, pelo menos, até 2030, quando superaria o tamanho do Produto Interno Bruto (100,2%).

RESERVAS

Como frear esse endividamento? Em parte, vendendo as reservas internacionais do País, de US\$ 356,9 bilhões (cerca de R\$ 1,9

trilhão) em 2019. Salto afirma que US\$ 66,6 bilhões do total são considerados excedentes, com base em uma métrica do FMI que combina itens como renda com exportações e ativo disponível.

O diretor adverte que “a venda de reservas não gera caixa para o Governo”, mas contribui para reduzir a dívida.

Porém, como há situações em que o banco vende parte das reservas para segurar a cotação da moeda norte-americana, seu uso indiscriminado poderia fazer “o mercado apostar contra o BC e, aí, (este) acaba tendo que vender mais do que o necessário”.